

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2002

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 15:00 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 2, da Sessão de 22 de Fevereiro de 2002.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Leitura de Expediente

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 2001

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Remodelação da Rede de Abastecimento de Águas da Nora - Rectificação do Valor da Obra

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2002

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Análise, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos

PONTO TRÊS PONTO SETE: Inventário de Bens Patrimoniais

PONTO TRÊS PONTO OITO: Análise dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Eleição de um Membro da Assembleia para a Comissão Cinegética

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Eleição de um Membro da Assembleia para a Comissão de Trânsito

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Relatório para Apreciação da Actividades da Câmara e da sua Situação Financeira.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos membros Joaquim Maria Godinho Veiga, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão e José António Carapeto Dias.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início ao período Antes da Ordem do Dia, procedeu à tomada de posse dos Senhores António Luís Andrade e José Manuel Rézio. Comunicou à Assembleia o pedido de substituição (anexo 1), de acordo com o artigo setenta e nove do Decreto Lei cento e sessenta e nove barra noventa e oito, do membro Jerónimo João Pereira Cavaco pelo senhor Francisco Mendes. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 2), do membro Joaquim Miguel Manguinhas pelo senhor António Luís Canhoto Andrade, apresentou o pedido de substituição (anexo 3), o membro Joaquim Manuel Cardoso pelo senhor Jacinto Mouquinho. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 4) do membro Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha pela senhora Maria João Cavaco que pediu substituição (anexo 5), pelo senhor José Manuel Rézio.

PONTO UM: Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Outros assuntos gerais de interesse para a Autarquia

Não houve inscrições para intervenções pelo que se passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

PONTO DOIS: Período para Intervenção do Público

O senhor Alfredo Miranda: eu queria só tocar no assunto, que realmente me faz muita confusão. Porque é que aquele estacionamento, entre o Largo dos Combatentes da Grande Guerra até à Sovibor, não é normalizado? Os passeios da Rua de S. Bartolomeu, estão sempre cheios de carros, há ali pessoas no Lar da terceira idade, que fazem o caminho para cima e para baixo e, que têm que sair dos passeios e caminhar pela estrada, com riscos de serem atropelados. Eu pergunto: se não há possibilidade de as Autoridades Camarárias juntamente com as Autoridades Policiais, de acabar com aquela bagunça? É de lamentar que exista um parque de estacionamento tão perto que não é utilizado, e por outro lado os carros são estacionados em cima dos passeios.

O senhor Serra Silva: Vou aqui falar como público e, em representação da Comissão Concelhia de Borba, do Partido Comunista Português. Recebemos agora, por parte da Mesa da Assembleia Municipal uma resposta a um ofício da Comissão Concelhia de Borba, do Partido Comunista Português sobre o cumprimento por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba, da Lei nº 24/98 de 26 de Maio, Estatuto do Direito da Oposição. Porque o P.C.P., enquanto Partido Político nesta Terra, não concorda com este tratamento que é dado, nem pelo Presidente da Câmara ao não cumprir o Estatuto de Direito da Oposição e, muito menos a forma como foi tratado agora pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e, pela Mesa, queria desde já manifestar o profundo desacordo das forças políticas deste Concelho. Isto porquê? Porque há aqui uma grande mistura entre aquilo que são as forças políticas deste Concelho e, aquilo que são os seus representantes nos Órgãos. Porque o que o Estatuto de Direito da Oposição diz, e que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia terá que verificar na Legislação. É que quem tem que ser consultado no Direito de oposição, não são os eleitos dos Partidos Políticos nos Órgãos, são as estruturas locais dos Partidos Políticos e, essa estrutura nunca foi convidada a participar, nem nunca foi solicitada a sua participação. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, penso que foi tratado com alguma levandade o ofício que foi enviado pela Comissão Concelhia do P.C.P., e sobre esta resposta, a Comissão Concelhia do P.C.P tenderá a informar o Ministério Público.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara eu quero dar resposta a esta última intervenção. O esclarecimento que prestei foi tratado com a maior lisura, dentro dos prazos em que me colocaram o assunto. No dia vinte e três de Abril, à tarde, dois membros do Partido Comunista Português, deslocaram-se ao Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal e, entregaram uma carta, um papel não timbrado com duas rubricas, à funcionária que por acaso estava presente na Assembleia Municipal. É lamentável, que esses dois elementos, estando presentes à porta da Assembleia quando eu saí das instalações, não me tivessem feito a entrega da referida carta. Como tive que ir tratar de assuntos pessoais, porque o lugar de Presidente da Assembleia, é um lugar que nós exercemos como uma actividade cívica, não remunerada e, sem horário, fui de facto avisado por telefone, pela funcionária, que me disse existir uma carta, que tinha sido entregue por duas pessoas em nome do P.C.P. Desloquei-me à Assembleia, vi de que assunto se tratava, era o assunto referido na intervenção. Invocava a Lei, Decretos-Lei, Constituição da República e, resolvi convocar a Mesa da Assembleia. Eu e a respectiva Mesa da Assembleia analisámos o assunto, pedimos a presença do Senhor Presidente da Câmara, porque o assunto se tratava de pôr em causa decisões do Presidente da Câmara Municipal de Borba e, fizemos uma análise da situação da qual provocámos um ofício de resposta. Podemos para esclarecimento de todos, ler as duas cartas. Esta resposta, é evidente, teve que ter, porque nenhum dos membros da Mesa é Jurista, uma análise Jurídica. Entretanto, meteu-se o feriado do vinte e cinco de Abril, o dia que nós nos preocupámos em comemorar com dignidade. É evidente, que tivemos um problema: dactilografar a carta. Porque nós estávamos em Feriado. Mas conseguimos fazer isso e conseguimos dar, em dois dias, a resposta ao Partido Comunista Português. Como a carta não vinha timbrada, não vinha com morada, não sabíamos onde dirigir a mesma. Lembrei-me de facto onde era a sede do Partido Comunista Português. Hoje, de manhã, logo muito cedo, fui ao Partido Comunista Português, com três Cidadãos da nossa Terra para entregar a carta de resposta. Quando lá chegamos batemos e voltamos a bater na porta e ninguém nos respondeu. Então, eu coloquei a carta por debaixo da porta. Porque se tivesse enviado a carta pelo correio, outras pessoas neste momento estariam a dizer que não tinham tido resposta, mas eu quis dar-lhes resposta, em mão. Entreguei a carta, fiz cópia para o senhor Serra Silva e para a senhora Filipa, que segundo o que me pareceu eram as assinaturas que vinham naquele papel não timbrado, em nome do Partido Comunista Português. O Partido Comunista Português

merece-me um respeito profundo. Não preciso de dizer nunca mais isto, nesta Assembleia. Mas, as pessoas que aqui o representam não estão à altura do Partido Comunista Português.

O membro António Proença: eu não quero dizer que o senhor Serra não seja conhecedor de alguma legislação, mas nem todos, conhecemos toda a legislação. Diz o artigo 84º das reuniões públicas, que nenhum elemento do público pode efectivamente fazer considerandos, limitando-se unicamente a pedir esclarecimentos. Por aquilo que eu entendi, o senhor Serra acaba de fazer considerandos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Bem, visto isto, eu vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer e responder à primeira questão posta pelo Público. Faça favor senhor Presidente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à questão colocada pelo senhor Augusto Miranda, relativamente ao trânsito da Rua de S. Bartolomeu, o que lhe quero dizer é que já foi discutida essa situação em reunião de Câmara. Existe uma proposta provisória de algumas alterações ao trânsito na Vila. Essa Rua é uma das contempladas. Portanto, a curto prazo concerteza que essa situação vai ser tratada.

O senhor Serra Silva: eu agora, vou fazer em jeito de pergunta para não fazer considerandos, e assim não viole o previsto na legislação. Gostaria que a Mesa conseguisse fundamentar como é que consegue, considerar ter cumprido o Direito de Oposição, quando não ouviu o Partido Comunista Português? Era isto, que eu gostaria que a Mesa me fundamentasse com base na legislação, e isto é impossível!

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: foi entendimento da Mesa o seguinte: o orçamento que a Câmara Municipal de Borba entregou é o orçamento pelo qual se consegue governar a nossa Câmara, durante este ano. É um documento com uma quantidade enorme de páginas, cheias de números, de deves e de haveres e que se resumem fundamentalmente em dizer: nós vamos receber este dinheiro e, vamos gastá-lo desta maneira. Esse documento foi entregue à Oposição, foi entregue aos Membros do Partido Comunista Português que estão na Câmara, foi entregue aos membros da Assembleia com a antecedência devida e como a lei manda entregar e, isso foi cumprido. Continuo a considerar que é nesta Casa, na presença do Povo e dos seus representantes que estes assuntos devem ser debatidos. Para o senhor Serra Silva quero dizer que o Povo é quem mais ordena e, ele já se esqueceu disso. Posto isto, vou dar a palavra a mais um elemento do Público e, seguidamente vou encerrar este assunto, definitivamente.

O senhor Edgar: Eu, fico um bocado transtornado com tudo isto. A bancada do P.S., está a deixar-se ir na conversa do P.C.P., eu faço esta pergunta: será que o P.C.P não queria isto mesmo, ao entregar a referida carta no dia 23 de Abril, dois dias antes desta Assembleia? Será que eles não queriam mesmo arranjar barulho?

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: não havendo mais ninguém para usar da palavra, vamos entrar no Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS: Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Antes de entrarmos na discussão da Ordem do Dia queria comunicar ao Plenário que a Mesa teve um lapso na composição da Ordem do Dia. De facto, não foi inscrito o ponto referente à "Apreciação da Actividade da Câmara e da sua Situação Financeira". Desta forma a mesa propõe à Assembleia que a Ordem do Dia seja acrescentada com um ponto "3.12" destinado à respectiva apreciação.

O membro Maria Filipa de Almeida: Proponho que além de ser acrescentado o ponto 3.12, anteriormente proposto, sejam retirados os pontos 3.8 e 3.9 pela seguinte razão: Não temos nada contra, mas não recebemos qualquer documentação sobre o assunto e não estamos em condições de discuti-los.

O membro Mário de Deus: Obviamente que não podemos estar de acordo porque isso vai dificultar o

funcionamento da Câmara. Obviamente que a bancada do Partido Socialista vota contra essa proposta.

O membro Maria Filipa de Almeida: A Câmara submeteu os assuntos para deliberação da Assembleia mas não entregou os documentos, pelo menos aos eleitos da C.D.U. Quanto aos empréstimos a Câmara tem que entregar as condições de empréstimo propostas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Temos duas propostas. A da Mesa e a do membro Filipa de Almeida. Proponho que seja votada a proposta da Mesa e que quando chegarmos aos pontos 3.8 e 3.9 seja considerada a retirada destes pontos. No entanto considero que foram abordados assuntos que põem em causa a Câmara e como tal, considero que deve ser ouvido o Senhor Presidente da Câmara, antes de passarmos à votação.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Os protocolos de descentralização não foram remetidos por lapso da funcionária que trata do assunto. Estes protocolos referem-se apenas às taxas, estão aqui na Assembleia e podem ser distribuídas. Em relação aos empréstimos foram aprovados na Câmara por unanimidade. Foram solicitadas cinco propostas. Duas entidades bancárias apresentaram valores e as restantes informaram que não lhes era possível de momento concretizar valores.

O membro Mário de Deus: Não entendo como foi aprovado na Câmara por unanimidade e agora aqui o Partido Comunista Português está a colocar o assunto em causa.

O senhor Vereador João Proença: Na reunião de Câmara nós percebendo as dificuldades de tempo aprovamos, mas solicitamos que antes da Assembleia nos fossem enviadas as condições do empréstimo, para podermos falar com a nossa bancada. É um problema formal, se os elementos já existem, podemos discuti-los.

O membro Filipa de Almeida: Aceitamos a proposta de acrescentar o ponto 3.12 e quando chegarmos aos pontos 3.8 e 3.9 faremos propostas para cada um deles.

O senhor Presidente da Assembleia: Temos uma proposta para acrescentar um ponto 3.12 na Ordem do Dia que se refere à "Apreciação da Actividade da Câmara e da sua Situação Financeira". Vamos votar.

O membro Filipa de Almeida: Senhor Presidente, o regimento prevê que a votação é nominal e se a votação vai ser efectuada por braço no ar, a Assembleia tem que decidir isso.

O senhor Presidente da Assembleia: Concordo, vamos votar se a votação é efectuada por braço no ar.

Aprovado por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia: Agora vamos votar a proposta de inclusão do ponto 3.12, na Ordem do Dia.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia: Para continuar-mos os trabalhos iremos ter em todas as votações o problema inerente à votação nominal. Desta forma considero, caso não mereça contestação, e com a condescendência da Dra. Filipa que a votação seja feita de braço no ar e que na próxima Sessão a mesa traga já a rectificação do nº1 do artigo 34º do Regimento por forma a que as votações se processem por braço no ar.

O membro Filipa de Almeida: Torna-se necessário alterar o ponto do Regimento.

O senhor Presidente da Assembleia: A elaboração do Regimento foi um trabalho que demorou vários dias, ainda por cima por pessoas que não têm formação Jurídica, como é o meu caso e por isso é natural que contenha alguns erros destes. Já agora aproveito para fazer uma crítica à Dra. Filipa. Quando verificou que concertiza se tratava de um lapso, não ter chamado a atenção. Se o tem feito, seria uma

prova de colaboração com a Mesa.

O membro Filipa de Almeida: Isto não é um lapso da lei, foi uma intenção de quem fez a lei. Eu não acho mal que a votação seja nominal. Não é um erro e para determinadas matérias é um benefício. Quando vimos isto e quando chamamos a atenção é porque temos um Regimento que é a cópia da lei, não deu assim tanto trabalho porque é cópia da lei. Mas a lei permite algumas interpretações em determinados artigos. Se não alterarmos isto fica nominal e temos que alterar sempre a forma de votação.

O membro Carlos Cabral: Uma estratégia baseada na estrita aplicação da lei, é uma estratégia que leva concerteza a duas questões nas diversas Assembleias das Autarquias do País. Uma é a situação do público que ao fim de uma hora está enjoado desta conversa e acaba por ir embora. A outra conduz a prolongar as questões interminavelmente. Eu pensava que as pessoas percebiam que Marx tinha ensinado que a lei é uma relação de forças da Sociedade. Quando aqui se invoca a lei permanentemente, isto é a ausência total do bom senso. Evidentemente que eu posso invocar o Estatuto da Oposição, simplesmente não posso esquecer, nem esconder que as pessoas que assistem a esta Assembleia verificaram que nos últimos quatro anos o Executivo nem sequer aos requerimentos dos membros da Assembleia respondia, logo, a questão da legalidade é interessantíssima. Eu quero apresentar o meu protesto formal pela questão da votação nominal de que se vem falando. Em aprovação de actas, estar a fazer uma votação nominal é brincar com as pessoas. Brincar com aquelas que estão aqui há uma hora e até agora vamos na análise conducente à aprovação da acta da sessão anterior. Estas são questões de total ausência de bom senso que só podem ser interpoladas por quem quer prolongar a Sessão de modo a não chegar à aprovação de alguns pontos.

O senhor Presidente da Assembleia: Aceito o seu protesto. No entanto tenho que dizer que pretendia criar nesta Assembleia um ambiente de discussão democrática. Não queria, efectivamente, cortar a palavra a nenhum membro, nem deixar de ouvir a opinião de quem quiser falar. Este é o motivo da minha "condescendência". Quanto ao assunto em discussão, vamos votar, se assim o entenderem, a seguinte proposta: "as votações nesta sessão serão de braço no ar e na próxima sessão a mesa colocará à discussão uma proposta de alteração do nº1 do artigo 34º do Regimento".-----

Aprovado por dezoito votos a favor e uma abstenção, com declaração de voto do membro Carlos Cabral: "Parece-me uma votação sem sentido. Decorre do funcionamento desta Assembleia à vários anos a votação por braço no ar, que concerteza, não está no Regimento por mera gralha".

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Acta nº 2

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: quem quer usar da palavra para falar sobre este ponto?

O Membro Joaquim Mouquinho: eu só queria solicitar uma pequena alteração na primeira página, o meu nome é Jacinto Mouquinho, não Joaquim, conforme consta.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: será rectificado. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. Colocou este ponto à votação e foi aprovada por maioria, com onze votos a favor, quatro votos contra e três abstenções.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Leitura de Expediente

O secretário, senhor António José Moura Proença procedeu à leitura da correspondência recebida (anexo 6) e expedida (anexo 7) pela Assembleia Municipal, conforme relação anexa no final desta acta.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS - Aprovação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 2001.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: quem quer usar da palavra? Ninguém? Eu lamento, lamento profundamente que a Assembleia Municipal de Borba vá votar um documento desta importância, e que ninguém se inscreva para falar, enfim. Vamos passar à votação.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: a proposta não foi aprovada, por se terem abtido os dezanove membros desta Assembleia Municipal. A C.D.U. apresentou declaração de voto (Anexo 8).

PONTO TRÊS PONTO QUATRO- Remodelação da Rede de Abastecimento de Águas da Nora - Rectificação do Valor da Obra .

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: façam favor de se inscrever os Membros que estiverem interessados em usar da palavra, sobre este assunto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: A remodelação da rede de abastecimento de águas da Nora, é um projecto que estava nesta Câmara Municipal desde o dia 25 de Setembro, para sofrer algumas alterações. Essas alterações foram feitas e, a única alteração que se propõe é que: o valor passe de setenta mil contos para quatrocentos e seis mil e quinhentos e dezanove euros. É uma obra que vai ser feita por administração directa e tem que se solicitar autorização à Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: como não há mais inscrições, vamos passar à votação.

Aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção.

PONTO TRÊS PONTO CINCO - Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2002

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: quem se quer inscrever sobre este assunto? Quem quer usar da palavra?

O Membro José Manuel Rézio: Eu desejava fazer uma pergunta directa ao senhor presidente da Câmara sobre esta matéria, gostava de saber se a Câmara tem possibilidades de me informar da percentagem dos consumidores de água, que constam no primeiro escalão da tabela. E qual o valor correspondente, uma vez que a percentagem do aumento é superior aos outros escalões.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: como sabe, nós tomámos posse à relativamente pouco tempo, o que ainda não nos permite responder. A única coisa que nós fizemos foi lançar sobre as taxas que aqui estão o valor da inflação.

O Membro António Paixão: eu queria alertar sobre uma situação com a qual lido constantemente. A Junta de Freguesia de Rio de Moinhos é uma Junta que tem Cemitério e, nós temos uma taxa de mil e poucos escudos por inumação dos cadáveres e estamos a gastar um produto químico que custa quatro contos. Será que existe uma taxa a nível nacional, que nos diga que a taxa de inumação tenha que ser daqueles mil e poucos escudos? A lei permite uma taxa de referência? É que por cada enterro perdemos cerca de três mil escudos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: nós podemos reflectir sobre este assunto, visto não haver uma taxa a nível nacional. Ou então, pensarmos numa alteração para a próxima Assembleia. Esta tabela pode sofrer alterações ao longo do ano.

O Membro Maria Filipa Almeida: Nós analisamos este assunto e, não temos nada na generalidade contra a mesma. Mas, no extracto da acta da Câmara salta uma dúvida. Qual foi a proposta feita pelos eleitos da C.D.U., que diz aqui que fica anexada a acta e, que eu desconheço? Esta pergunta é para um dos eleitos da C.D.U.

O senhor Vereador Joaquim Serra: eu não tenho aqui o texto completo da proposta. Ou seja o que deveria ter sido enviado para a Assembleia Municipal eram as minutas da Câmara em que são aprovados estes pontos, mas não, vêm aqui extractos de actas que não estão ainda aprovados pelo Órgão a que dizem respeito. Este procedimento deve ser alterado. A proposta concreta de tabela de taxas teve por parte dos eleitos da C.D.U., uma apreciação na generalidade pela qual não nos pronunciámos pelos valores que eram apontados. Mas tem uma questão num dos capítulos da tabela, sobre a qual a maioria dos Juristas levanta suspeita de ilegalidade. Ou seja, tem num dos capítulos de tabela, taxas referidas ao regime de

edificação e urbanização. É uma matéria que tem sido discutida por todos os juristas e que é o regulamento que vai dizer, como é que se podem cobrar as taxas sobre edificação e urbanização. Nós colocámos isto na reunião de Câmara, por considerarmos que esta proposta de aplicação de taxas, sem a aplicação do regulamento é uma aplicação ilegal de taxas e pedimos urgência no regulamento. Fizemos um pedido que estas taxas não fossem aplicadas, porque elas são efectivamente ilegais. Era importante que a Assembleia Municipal não tomasse decisões sobre matérias que depois não têm suporte legal. Taxas sobre construção e urbanização e taxas sobre a extracção de inertes. Esta foi a nossa proposta. Infelizmente, o executivo decidiu avançar com a proposta de aprovação da tabela e, sobre a qual nós fizemos a declaração de voto que anexamos à tabela de taxas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente a este assunto pedi informação e parecer à senhora Jurista da Câmara Municipal de Borba, porque esta Câmara tem uma Jurista, que é avençada. E a informação que disponho dada pela mesma é que: a lei admite que haja um regulamento autónomo para o lançamento das taxas supra-referidas. Isto é: a inexistência de regulamentos municipais de urbanização e ou edificação não isenta o município da obrigação de deliberar e decidir sobre operações urbanística e consequentemente cobrar as taxas com que a lei as onera. O mesmo é dizer que ao Município apenas é permitido fixar o montante das taxas e não criar por via regulamentar taxas não previstas na lei. Nos termos do artigo 19º da lei 42/98 de 6 de Agosto (lei das Finanças Locais) o Município pode cobrar as taxas e licenças referidas. Conclusão: a determinação das taxas devidas pela realização das operações urbanísticas previstas na alínea a) e b) do artigo 19º da lei das Finanças Locais e no artigo 116º do regime jurídico da edificação e urbanização pode ser feita em regulamento próprio e não depende de aprovação de regulamentos de edificação e urbanização. É esta a opinião da nossa Jurista.

O Membro Maria Filipa Almeida: eu ouvi com muita atenção o que acaba de ser lido pelo senhor Presidente da Câmara, informação da Jurista que dá apoio à Câmara. E só queria alertar para que a Câmara não se veja confrontada com uma situação, em que um munícipe se recuse a pagar uma taxa, ou uma licença de obra e, depois quem vai decidir sobre isso, não é a Jurista da Câmara, nem nenhum Jurista, quem vai decidir é o Tribunal e, quem está a perder é o município. Porque podemos pensar que estamos aqui a falar de verbas insignificantes, mas não estamos. Para já quem tem que pagar é muito sensível a estas coisas e, as pessoas acham sempre que é demais. A nossa proposta, muito honesta, é que estas taxas de urbanização sejam retiradas da tabela e, que a Câmara rapidamente elabore o regulamento e, o traga à Assembleia Municipal. Porque a partir da aprovação qualquer munícipe que entenda a lei de forma diferente da Jurista da Câmara pode criar problemas à Câmara.

O senhor Presidente da Câmara: o regulamento está em fase de elaboração e, não foi elaborado mais cedo, porque de facto é um assunto, para quem tomou posse à relativamente pouco tempo, não nos tínhamos apercebido da importância, no entanto com o parecer da Jurista a posição da Autarquia está salvaguardada. Queria ainda referir o facto de alguns eleitos desta Assembleia exercerem pressão sobre funcionários da Autarquia, no sentido de fazerem informações tendo em vista objectivos desconhecidos. Dentro de algum tempo se perceberá melhor esta situação.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: gostava que esta situação fosse ultrapassada mas também gostava de transmitir a minha experiência sobre o assunto. De facto não quero levantar culpas à Câmara anterior, como não quero levantar culpas a outras Câmaras do nosso País que deixaram chegar o decreto-lei 555 de 99 (alterado, rectificado, suspenso, etc) a 2001, concretamente a 4 de Junho, para entrar em vigor em 4 de Outubro e nem sequer trataram de preparar os serviços para permitirem o funcionamento do novo regime jurídico da edificação e urbanização. Sem terem, por exemplo, o regulamento de que agora aqui falamos. Efectivamente, houve muita gente que pensou que este decreto-lei nunca seria posto em vigor. Foi pena. Foi um erro estratégico. Os pareceres jurídicos mais consistentes a que tive acesso expressam-se pela existência do regulamento das taxas de forma generalizada. As taxas agora propostas, em meu entendimento, não podem ser postas em causa, o que pode ser posto em causa é a Câmara aplicar as taxas da legislação anterior.

O membro Carlos Cabral: Queria fazer um requerimento. Que se passe à votação das propostas existentes.

Que se considere a proposta A a apresentada pela Câmara e a proposta B a apresentada pela C.D.U. (anexo 9).

Aprovada a proposta da Câmara por 12 votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. A C.D.U, apresentou Proposta (Anexo 9) reprovada por 14 votos contra e cinco a favor e Declaração de Voto (Anexo 10).

PONTO TRÊS PONTO SEIS - Análise do Orçamento e Grandes Opções do Plano

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação a este ponto e aos documentos que vos foram distribuídos quero-vos dizer o seguinte: Vão ser distribuídas quatro folhas do orçamento, na qual constam correcções a algumas gafes. Este ano, de acordo com a introdução do Pocal, infelizmente as coisas não correm bem em nenhuma Câmara Municipal, eu suponho que isto é um assunto que não se prende propriamente com os serviços técnicos, desta ou daquela Câmara, nem sequer com as orientações políticas, prende-se mais com as directrizes de quem comanda as operações. Em relação ao orçamento, este é marcado por um lado pelas nossas decisões, políticas naturalmente, mas, por outro lado, tem presente as verbas que possuímos e as despesas assumidas no passado. Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, como certamente já tiveram oportunidade de ver, aparece-vos dividido em oito grandes objectivos. Estes grandes objectivos aparecem depois subdivididos em programas e, em cada programa as respectivas acções. Suponho que todos provavelmente terão tido oportunidade de olhar, de ler as nossas propostas, um Plano é sempre um Plano, sujeito naturalmente a alterações. O Partido Socialista, ganhou as eleições, e posto isto, estas são as nossas propostas. Naturalmente que estamos condicionados por algumas obras que já estavam em execução, e que nós achamos que, embora não estejamos totalmente de acordo com elas, entendemos que não podemos, nem devemos, parar obras que já estão em curso.

O Membro José Manuel Rézio: tive ocasião de ler estes documentos que me foram entregues e, tenho uma preocupação intensa sobre este documento. É uma proposta muito optimista, devido ao estado em que se encontra esta Câmara em termos de tesouraria e em termos de endividamento. A minha pergunta vai no sentido de saber se o executivo Camarário entende alterar algumas situações que estão no orçamento. Por exemplo aquelas que se referem a despesas que poderão ser evitadas, ou pelo menos atenuadas. Refiro-me concretamente à Festa da Vinha e do Vinho, que eu entendo e o Partido que aqui represento, não devia ser suportada totalmente pela Câmara, mas que devia ser participada mais activamente pelos elementos que directa ou indirectamente vivem da Vinha e do Vinho.

O Membro Maria Filipa Almeida: O documento foi recebido a 23 de Abril, o que também não dá para fazer uma grande leitura. Embora nos debruçássemos mais sobre as propostas do plano e do orçamento, mas não é uma apreciação exaustiva. É neste contexto de dificuldades que compreendemos quer por parte dos novos Autarcas, que entraram para a Câmara em Janeiro, quer por parte dos técnicos e dos funcionários da área financeira, que embora já estando na Câmara, têm que elaborar documentos diferentes dos anteriores que iremos fazer as nossas apreciações. A primeira ordem de razões que nos leva a tomar uma posição naturalmente contra estes documentos, é de ordem legal. Uma já foi referida, mas não pela Assembleia, vai ser referida e é objecto de uma proposta escrita: Não foi cumprida a lei do Estatuto da Oposição. Independentemente do conteúdo e da forma, na minha opinião e estou a expressar a minha opinião, neste momento, porque há bocado não era a vez dos membros da Assembleia Municipal. O assunto foi tratado por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal de uma forma prepotente e de uma forma ditatorial e eu não tenho medo do que estou a dizer, não foi cumprido o Estatuto da Oposição em relação ao P.C.P, , em relação ao P.S.D, não falo, não tenho nada que falar, compete ao P.S.D referi-lo, se o entender. Por parte do P.C.P nós não fomos consultados sobre as propostas do Plano antes das mesmas se transformarem em Plano aprovado pela Câmara Municipal, uma coisa são os partidos políticos, outra são os eleitos pelos Órgãos Autárquicos. Por outro lado, o Plano viola as normas e as regras imperativas do Pocal. O Plano não respeita a forma como as receitas devem ser previstas de acordo com o Pocal. Quando se acusavam os Planos da C.D.U de serem irrealistas, eu peço-vos que pensem naquilo que disseram. Quando diziam que um milhão e quinhentos mil contos era um sonho irrealista, e era, não foi cumprido. Se eram irrealistas um milhão e quinhentos mil contos, eu pergunto o

que dizer deste, de dois milhões e quinhentos mil contos? O que dizer de um documento que passa de um milhão e trezentos mil contos, para dois milhões e quinhentos mil contos? Desses dois milhões e quinhentos mil contos, há uma verba que saltou, que é seiscentos mil contos de venda de Património. E, eu lembro-me que há muito pouco, o senhor Presidente da Assembleia, dizia qualquer coisa deste tipo: vamos vender Património, estamos a alienar Património estamos a ficar sem ele. Mas, eu pergunto, mais: vamos vender o quê? Ou isto não é para cumprir. Porque para fazermos seiscentos mil contos de venda de Património, eu não sei se não será necessário vendermos esta casa também. Depois, a última questão que não nos levaria a votar contra, mas talvez a pressa com que estes documentos tiveram que ser feitos, originaram vários erros, verbas mal classificadas. Uma dúvida que tenho, é: eu não consegui encontrar o Masterplan e gostava de saber o que é, mas o senhor Presidente é capaz de me explicar isto certamente. Pelo anteriormente exposto propomos que estes documentos sejam devolvidos à Câmara para reanalise.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: esta é apenas a opinião da Doutora Filipa, não é mais do que isso. Eu devolvo, exactamente, todos aqueles adjectivos que ela me endossou.

O Membro Augusto Guégués: Eu gostava que os Membros que evocam o Direito da Oposição voltassem a ler ou a reler a lei 24/98, nomeadamente no que respeita ao artigo dois, número três. Pela interpretação que faço deste ponto, gozam do direito da oposição os Membros deste Órgão deliberativo de outras forças políticas, e tem também integrados neste direito de oposição os membros que fazem parte do executivo da Câmara, representando o Partido Comunista Português. Como tal, se alguém tinha de facto que ser ouvido, são os membros representados neste órgãos, dessas forças políticas e não os partidos políticos. Eu concluo que existe um erro bastante grande na interpretação da lei, por parte dos membros da oposição. Já foi aqui dito que as contas de gerência do mandato anterior condicionaram grandemente a elaboração do presente orçamento e plano de actividades deste ano. E é estranho que membros do P.C.P., responsáveis pela gerência anterior se tivessem absterido na votação dessas contas. Agora diz-se: vocês criticavam os desequilíbrios dos anos anteriores e agora apresentam o orçamento também desequilibrado. Então porquê? Porque se têm que conseguir outras receitas para tentar eliminar o défice do passado. Em relação ao orçamento, nós temos consciência que o orçamento está desequilibrado, mas isso deve-se à gestão anterior. É da responsabilidade da gestão anterior. As despesas com o pessoal atingiram 78% com um aumento de mais de 14%, isto é mentira? ou é verdade? Bem, o que não há dúvidas absolutamente nenhuma é que este Plano retrata o programa eleitoral do Partido Socialista. Não há um projecto que esteja considerado no programa que não esteja neste Plano e, eu gostava imenso que as forças opositoras reconhecessem-se isso. Outra questão, vai ser preciso muito trabalho, muita criatividade, muita dedicação, mas penso que os frutos desse esforço já estão a ser considerados, visto haver uma série de projectos que estavam em vias de aprovação, e agora vão ser iniciados. A administração anterior não os conseguia fazer avançar mas, neste momento estão aprovados e financiados, e há outros em vias disso. Com tudo isto, faremos o balanço daqui a quatro anos.

O Membro Carlos Cabral: Temos os instrumentos propostos pelo Executivo Camarário à Assembleia Municipal, temos alguns pontos da ordem de trabalhos anteriormente abordados mas temos que aproveitar este para discuti-los. Até porque temos já uma intervenção que repete o que está escrito numa declaração de voto que vem anexa à acta 10/2002 da Câmara e gostava de começar a minha intervenção pela primeira questão, que é a questão do Estatuto de Oposição. Mas não vou entrar na discussão, se o Estatuto da Oposição foi cumprido, ou não. Gostaria de começar por analisar a metodologia com que se veio a esta Assembleia Municipal colocar a questão. Numa base de confiança, a questão teria sido posta no período de antes da ordem do dia, o que permitiria aos intervenientes das várias forças políticas discutir esta questão de forma serena e, até percebermos se teríamos que fazer mais coisas para cumprir o dito Estatuto da Oposição. Mas não! A metodologia seguida foi sair da Assembleia, ir para o Público, o que à partida impede todos os membros da Assembleia de entrarem na discussão. E depois anda-se a saltar entre o público e a Assembleia. Considero também, que os partidos políticos têm que comunicar à Câmara Municipal e ao Presidente da mesa da Assembleia quem são os seus interlocutores, quem são as pessoas que os representam, como se contactam, etc., se não, isso é uma inexistência pura e simples. Há aqui uma questão que inquinou uma hora de reunião pela metodologia escolhida, que é uma metodologia de desconfiança política, de não confiança entre as pessoas, na procura de desentendimentos, na procura de

uma estratégia que conduzisse a que tudo isto congelasse.

O membro Maria Filipa de Almeida: Há bocado quando referi as questões graves que nos levam a votar contra o plano não referi opções políticas. Porque são naturalmente do Partido Socialista. Ganham as eleições e vão gerir de acordo com as suas opções. O plano não prevê novos loteamentos habitacionais, paciência. Não prevê é uma opção do Partido Socialista. Prevê a continuação e a conclusão dos loteamentos que já vinham do mandato da C.D.U., e quando prevê outros, é bom olharmos para as verbas e pensarmos se essas verbas darão para fazer alguma coisa. Para quem nos acusava de não promover a habitação a custos controlados, isto é uma diferença muito grande. Esta opção pode servir para deixar aos construtores privados um exclusivo neste Concelho. Uma outra questão, é o sistema de água. Estavam em discussão diversos sistemas referentes à gestão da água, esteve em discussão uma proposta de uma empresa inter-municipal de águas, que partia da Associação de Municípios do Distrito de Évora. Havia uma outra proposta e que também é opção desta Câmara, que é um sistema multi-municipal, que é um sistema em que as Autarquias não estariam em maioria, essa foi a opção desta Câmara. Mas o Governo já anunciou a privatização das Águas de Portugal. A única alternativa será voltar ao sistema inter-municipal da Associação de Municípios. Depois assume-se aqui a circular à Vila de Borba, não é competência da Câmara, já temos despesas suficientes. Assume-se a compra do Hospício, lembro que este assunto foi bastantes vezes discutido nesta Assembleia. Não está a ser levado em conta as verbas que a Autarquia lá investiu, quer a situação de conflito geral que ainda não está resolvida. Eu li o Plano e digo-vos mais, reli as promessas eleitorais do Partido Socialista e, contra aquilo que já foi dito aqui, eu não lhes encontrei grandes semelhanças. Porque este Plano tirando raras exceções é a continuação, continuação e continuação do mandato anterior. Para quem queria mudar tanto, isto é uma mudança muito pequenina.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: temos que ter atenção ao seguinte: as pessoas que estão no público não têm a documentação. E a Dr. Filipa sabe ler mal. E depois faz pior, insinua com aquilo que não sabe ler. Logo na primeira página deste documento se pode ver o seguinte: Está prevista a aquisição de terrenos para habitações e novas construções de habitação. São duzentos e setenta e cinco mil euros. A senhora não sabe ler. Mas isso eu desculpo, o que não desculpo são as insinuações acerca deste assunto. Quanto ao resto, eu podia ir por todas estas folhas e provar que o programa do P.S está aqui representado, mas parece-me que não vale a pena.

O membro Carlos Cabral: é evidente que não vou aqui entrar em controvérsia com a surpresa da Dra. Filipa em me ver defender o Plano. É uma surpresa agradável. Considero que neste caso estou a ser de uma coerência absoluta. Quando se diz que a maior parte das obras são o seguimento das anteriores, eu acho isto extraordinário. Se calhar pensavam que vinha aqui o Partido Socialista e ia dizer: Acabe-se com todas as obras do anterior Executivo. Nós que nos quatro anos anteriores sempre nos abstivemos nos orçamentos, para deixar governar quem tinha ganho. Sempre tivemos em conta o interesse de Borba. Evidentemente que não somos tão parvos como nos querem fazer. Chegávamos e íamos fazer tudo de novo. Isto é um orçamento de junção, grande parte dá seguimento ao que vem do anterior. E assim deve ser, democraticamente. Há obras anteriores, com as quais discordo profundamente, no entanto percebo a decisão do executivo, dizendo que obras em curso não se devem parar. Sobre a questão da habitação, é preciso que as pessoas se habituem a pensar que as questões são grandes e são outras. Devem pensar que Borba está a ficar com o seu osso central sem gente, para fazer loteamentos novos. Considero que é mais importante um grande programa de recuperação de casas antigas do que fazer loteamentos. Outra questão: Não me lembro de ter falado muito sobre o orçamento na anterior Assembleia Municipal. Lembro-me de ter alertado, sistematicamente, para o aumento das despesas correntes, o aumento das despesas de pessoal que punham em questão o futuro da Câmara Municipal de Borba. Neste orçamento continua a questão. Apartir de 2006, sem fundos comunitários, como é que vamos fazer investimentos? Considero como questões fundamentais, que espero que a Câmara as ponha rapidamente em andamento, a revisão do P.D.M, a revisão do P.U e o Plano Estratégico para Borba. Este último plano foi sempre uma promessa eleitoral da C.D.U. Era até a primeira promessa há quatro anos atrás. É essencial a sua elaboração atempada.

O Membro António Paixão: eu queria fazer uma observação, eu não posso concordar totalmente com um

plano desta natureza, porque eu já venho a debater-me com o pedido de alguns equipamentos para a Junta de Rio de Moinhos, há já algum tempo, e acabo de constatar que ainda não vêm neste Plano, para este ano. Concordo no entanto e compreendo que há necessidade de se programar ao longo dos quatro anos. Mas os equipamentos desportivos e os terrenos para habitação são muito urgentes.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: em relação ao membro José Rézio, que disse e muito bem que é um documento optimista. Eu quero dizer-lhe que sempre fui uma pessoa optimista por natureza, e se não o fosse, tendo plena consciência das asneiras anteriormente cometidas, possivelmente não me tinha candidatado. Relativamente à questão da Festa da Vinha e do Vinho, naturalmente que grande parte das despesas que aí aparecem, são despesas que ainda estão por liquidar. Nós vamos ser rigorosos na redução de despesas, até porque o actual Governo assim o exige. Temos que reduzir as despesas correntes. Relativamente à senhora deputada Filipa, queria-lhe dizer que quando se referiu ao Estatuto do Direito de Oposição, eu considero que até fui democrata em demasia. E porquê? Porque até fiz a proposta aos partidos políticos, com oito dias de antecedência para apresentarem propostas. Eu estava disposto a ouvir propostas, enfim há que ouvir de tudo. Quero também dizer que tenho dificuldades em perceber quem são os responsáveis pelo P.C.P./C.D.U. Agora uma coisa é certa, enquanto eu fui Presidente da Assembleia no mandato anterior, permitam-me o termo, nunca andei a cheirar nos serviços da Câmara, a tentar saber o que se passa, nunca fiz reuniões com trabalhadores na hora de serviço, nunca fui injectar nada a ninguém. Em relação ao Plano é possível que hajam erros, mas nós somos humildes e queremos rectificá-los. Quanto às regras de elaboração, estão respeitadas. Sobre o valor do orçamento quero dizer que o do ano passado também era de dois milhões cento e noventa mil contos. Quando temos telhados de vidro, não devemos andar a atirar pedras ao ar. Nós não estamos cá para complicar, estamos cá é para trabalhar, e a sério. Não se enervem. Estamos cá todos para trabalhar em conjunto e, daqui por quatro anos cá estaremos para ver se trabalhámos, ou não. Em relação à circular de Borba, esta pode ser feita pelo Governo ou pode não ser, nós estamos cá para colaborar. Seja o governo do P.S, do P.S.D, ou outro, nós estamos cá para trabalhar todos de mãos dadas, para desenvolvermos o Concelho. Em relação ao membro Paixão, é sempre bom ver reivindicar, estamos cá para resolver o que for possível e só não cumpriremos o que não podermos. Estamos cá para assumir.

O senhor Presidente da Assembleia: temos duas propostas. Uma apresentada pela C.D.U (anexo 11), outra apresentada pela Câmara Municipal. Vamos votar a proposta da C.D.U.. A proposta não foi aprovada, por 14 votos contra e cinco a favor. Vamos passar à votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal.

A proposta foi aprovada por 13 votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra. A C.D.U. apresentou declaração de voto (anexo 12).

Aprovada por maioria, com doze votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. A C.D.U, apresentou Proposta (Anexo 11) e Declaração de Voto (Anexo 12).

PONTO TRÊS PONTO SETE - Inventário de Bens Patrimoniais

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: quem quer usar da palavra? Façam favor de se inscrever. Foi neste momento entregue à mesa por um dos membros da C.D.U, uma proposta. Queria aqui recordar que na última sessão ficou decidido que seriam apresentados pelos partidos a constituição dos grupos municipais e que quem não o fizesse seria considerado como exercendo o mandato como independente.

O membro Maria Filipa de Almeida: considero que não é obrigatório que os grupos municipais estejam constituídos. Podem-se constituir. Nesta sessão as propostas são dos cinco eleitos da C.D.U que cá estão.

O senhor Presidente da Assembleia: vou ler-lhe o nº4 do artigo 46º-b da lei 169/99 " os membros que não integrem qualquer grupo municipal comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o mandato como independentes". Agradecia que resolvessem este assunto, uma vez que nem são grupo municipal, nem membros independentes. Vamos passar à análise do ponto três ponto sete.

O Membro Carlos Cabral: Eu devo confessar, pura ignorância minha, mas, devo dizer que este documento

é um pouco confuso para a minha cabeça. Quando eu vejo aqui, o Paço do Senhor do Alto da Praça e o Paço da Rua Marquês de Marialva, são os Paços da Igreja? Segunda questão: o que tem um risco já foi vendido? Terceira questão: o Património está todo aqui? Ou falta ainda acrescentar? Sendo uma obrigação que decorre do POCAL a Câmara considera isto um documento finalizado? Senhor Presidente da Câmara, faça o favor de explicar, para ver se nos entendemos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: eu vou ver se consigo explicar, visto ter curtos conhecimentos, devido ao pouco tempo que estou como Presidente da Câmara. Há coisas que eu não percebo. E esta é de facto uma daquelas em que eu tenho algumas dificuldades. Mas, suponho eu, que nesses documentos que vos foram entregues, devem aparecer alguns riscados, incluindo os Paços. Portanto, esses Paços não estavam registados a favor de ninguém, e como não estavam registados a favor de ninguém por iniciativa do anterior executivo, foram aqui incluídos. Entretanto faltava também uma parte do Inventário, que eram os bens do domínio público, que a empresa por falta de pagamento de facturas não nos fazia. E eu, só tive conhecimento desta situação, no dia em que reuni nesta Câmara com os credores, e a firma na dita reunião transmitiu-me que só avançavam com o estudo, quando lá tivessem o cheque. Foi isto que se passou. Logo que houve dinheiro processou-se o pagamento à empresa. E, ontem, chegou à Câmara o Inventário do domínio público. De qualquer maneira, estes documentos são documentos que nunca estão finalizados, porque há constantemente actualizações e alterações.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: podemos concluir que este ponto está apreciado, ele não foi presente para votação e portanto não havendo mais inscrições, passamos ao ponto seguinte.

PONTO TRÊS PONTO OITO - Análise dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo

O senhor Presidente da Câmara Municipal: em relação a este ponto considera-se o seguinte: há pessoas e firmas que são fornecedores desta Câmara que estão aflitos com pagamentos. Há investimentos que têm que ser feitos, obras para serem acabadas e não há dinheiro para as executar. Entretanto, da parte dos Órgãos Governamentais ouvem-se rumores de que as Autarquias vão ser impedidas de aumentar o endividamento. Considerando que esta Autarquia ainda tem hipóteses de contrair empréstimos, então, foi aprovado em reunião de Câmara a contracção de um empréstimo de cem mil contos, para fazer face ao saneamento financeiro e, outro de duzentos mil para despesas de investimento. Foram feitas as devidas consultas a cinco instituições bancárias, das quais apenas duas apresentam propostas concretas. Mas à Assembleia têm que vir três propostas. Por motivos de falta de tempo nas instituições bancárias, só duas é que nos fizeram chegar as propostas. Destas duas propostas, (Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo) o senhor Economista entende que a mais favorável para a Autarquia é a da Caixa Geral de Depósitos. Se a Assembleia entender que são necessárias três propostas, nós podemos adiar esta questão para a próxima Assembleia.

O Membro Carlos Cabral: face ao que acabo de ouvir do senhor Presidente da Câmara, sou da opinião que devemos adiar este ponto para uma próxima Assembleia, até existirem as condições necessárias para avaliação deste assunto.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: temos uma proposta na mesa, mais ninguém quer usar da palavra? vou colocar a proposta do membro Carlos Cabral à votação.

Aprovado por 16 votos a favor, 1 voto contra e duas abstenções.

PONTO TRÊS PONTO NOVE - Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia

O Membro Maria Filipa Almeida: para nós é uma situação diferente da anterior. A pergunta é a seguinte: quais são os artigos que não estavam previstos na autorização dada pela Assembleia de Fevereiro?

O senhor Presidente da Câmara Municipal: eram os relativos somente aos das taxas. A cobrança de taxas, licenças e tarifas.

O membro Carlos Cabral: se é só essa a alteração, eu não vejo impedimento de ser votado agora.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: tínhamos uma proposta dos membros da C.D.U para retirar os pontos 3.8 e 3.9, desta forma fica sem efeito. Visto não haver nenhum impedimento, vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO DEZ - Eleição de um Membro da Assembleia para a Comissão Cinegética

Foi eleito o membro António Paixão, por maioria, com treze votos a favor, cinco votos para o membro Joaquim Veiga e um voto em branco.

O senhor Presidente da Assembleia : os sorrisos expressos por alguns membros da C.D.U indicou o seu sentido de voto. Eu gostaria de me associar a eles e rir também. Ah! Ah! Ah.

PONTO TRÊS PONTO ONZE - Eleição de um Membro da Assembleia para a Comissão de Trânsito

Foi eleito o membro Joaquim Veiga, por maioria, com dezassete votos a favor, um voto em branco e um voto para o membro Diogo Sapatinha.

O senhor Presidente da Assembleia: Face aos resultados e aos sorrisos de alguns membros da C.D.U, tenho agora que lhes endereçar os parabéns, pois participaram numa votação como vencedores. Gostaria no entanto de endereçar a esses membros a seguinte mensagem: " brinquem com as Instituições Democráticas e depois vão ver o que é que pode vir a suceder um dia"

PONTO TRÊS PONTO DOZE - Apreciação da Actividade da Câmara e Situação Financeira

O senhor Presidente da Câmara Municipal: eu não vou ler todas essas actividades referidas no relatório. Mas quero dar-vos uma explicação humilde. Ainda não foi possível alterar a forma como as actividades da Câmara e o relatório era apresentado à Assembleia Municipal. As razões de tal impedimento, têm a ver com o trabalho intenso que tivemos na elaboração do Plano e com a ausência do nosso Economista, que adoeceu. Em relação às actividades aí referenciadas, destaco a participação numa reunião da Interreg, onde constatei que há um atraso em relação ao que se faz em Espanha e, ao que se faz aqui em Portugal. Vamos fazer aqui algumas propostas. Existem diferenças em relação aos anos anteriores. Antes, os Países podiam candidatar-se individualmente, mas neste momento só são possíveis parcerias de investimento. Quero referir também a participação no XIII Congresso da Associação Nacional de Municípios. Participei numa reunião com a ARS para instalação do novo Centro de Saúde. Estabelecemos protocolo com o IGAPE na aprovação do projecto Alentejo Digital-Sistema de Informação Regional. A participação na escritura da empresa ADC's (EDC-Mármore). A reunião com a Direcção do Centro de Saúde. Aparecem no relatório outras actividades que nos parece exaustivas na sua leitura. Estamos dispostos a responder às questões que nos forem colocadas.

O Membro Carlos Cabral: os quadros de endividamento devem ser mais explícitos e, já venho a batalhar nisto há tempo. Devem existir colunas de percentagem e de mensalização, isto para que nos seja possível uma leitura melhor. Usando a coerência que a Doutora Filipa quer que eu tenha, devo dizer que uma das actividades que aqui está na Câmara e que é a recolha de monos ao domicilio me permite concluir que este relatório de actividades também é um mono que deve ser recolhido. Por isso deve-se estudar uma forma para que as coisas sejam mais esclarecedoras para as pessoas que aqui estão

O Membro António Paixão: senhor Presidente da Câmara, estive a ver esta enorme lista de intervenções que felizmente contempla a Freguesia de Rio de Moinhos. Diga-me o que é que já foi feito no sentido de acompanhamento das cheias de Rio de Moinhos? E já agora, em relação a Etar do Barro Branco, deixo uma preocupação grande com o desenvolvimento das acções no sentido de uma solução. Gostaria de saber

que esforços têm que ser feitos.

O Membro António Proença: Dado que no mandato anterior, sempre falei na Água potável da Nora, quando é que será possível dar início à reparação e resolver o assunto relativo à falta de pressão da água. A situação é crítica, é uma obra que carece ser desenvolvida no mais breve espaço de tempo. É isto que eu peço ao senhor Presidente da Câmara. Que esclareça este assunto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: em relação às cheias de Rio de Moinhos, eu fui testemunha delas, estive lá pessoalmente. O que aconteceu, foi uma caída de granizo bastante forte que cobriu totalmente os sumidouros, depois acontece que a casa que foi inundada tinha uma saída para a Ribeira que estava a ser impedida por duas alfaias agrícolas e que dificultaram o escoamento. O que agravou a situação foi o não estar ninguém em casa e, ninguém quis tomar a responsabilidade de arrombar a porta. É lamentável que existam industriais instalados no leito da Ribeira. De qualquer forma da parte da Câmara Municipal houve intervenção imediata, foram entregues as relações dos bens que se estragaram, de necessidades de reparação de electrodomésticos, foi feita a pintura da casa e prestada a assistência que nos foi possível. Em relação à Etar do Barro Branco, é uma situação mais complicada. Estamos conscientes do problema que ali está. Já se fizeram contactos com várias empresas no sentido de ver como é que se resolve a situação. Já tentamos fazer o escoamento daquela Etar. E depois de se terem tirado 15 limpa fossas, constatou-se que a Etar não baixava o nível. Estamos conscientes que o problema é grave mas, estamos a fazer tudo para o resolver. Em relação à água da Nora, neste momento a obra já foi iniciada e já foram aplicados setecentos metros de conduta. Este projecto não foi aprovado na última Unidade de Gestão, mas tenho a promessa que o será na próxima:

O Membro António Paixão: em relação à Etar da Ribeira de Rio de Moinhos? Quanto tempo demorará a resolução desta questão?

O senhor Presidente da Câmara Municipal: a situação suponho eu que será resolvida rapidamente. Só temos que arranjar mil contos para pagar à empresa instaladora. A própria empresa que vendeu a Etar, neste momento não quer que haja mais intervenções dos trabalhadores da Câmara naquela Etar. Foi aprovado um projecto, já com novo quadro eléctrico, o anterior desapareceu, e, é a própria empresa que virá a Borba e, vai despejar o que lá está e reparar o interior para começar a funcionar. Só temos que arranjar mil e poucos contos para que a empresa venha e resolva.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: antes de passarmos à leitura da minuta da acta, temos aqui uma situação apresentada pelos Serviços Administrativos da Câmara, relativa às contas de Gerência de 2001 que foram aqui hoje analisadas. Estas contas têm um Termo Final de Aprovação que terá que ser enviado ao Tribunal de Contas e que tem que ser assinado pela Mesa e por todos os membros da Assembleia Municipal. Ora estas contas sofreram uma votação que se consubstanciou pela abstenção por unanimidade. Desta forma, coloco à consideração dos membros da Assembleia se vamos assinar este termo de aprovação, ou, não.

Após várias intervenções que expressaram diferentes pontos de vista, foi apresentada pelo membro Carlos Cabral a seguinte proposta: " As contas de gerência e os documentos anexos que antecedem este Termo foram sujeitas à votação, tendo como resultado a abstenção da totalidade dos membros da Assembleia Municipal de Borba".

O senhor Presidente da Assembleia: alguém se opõe a que o texto da proposta apresentada pelo membro Carlos Cabral seja o que irá constar no termo final que acompanha as contas de gerência? Uma vez que ninguém se opõe, será o texto inserido no respectivo termo final. Fazem o favor de assinar.

Seguidamente foi lida e votada a minuta da acta da sessão. A minuta foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia: dou por encerrada a sessão.

Documentos anexos a esta acta:

- Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Jerónimo João Pereira Cavaco
- Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Miguel Manguinhas
- Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso
- Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhora Ivone da Conceição Espiguinha
- Anexo 5 - Pedido de substituição do membro senhora Maria João Cavaco
- Anexo 6 - Correspondência recebida pela Assembleia Municipal
- Anexo 7 - Correspondência expedida pela Assembleia Municipal
- Anexo 8 - Declaração de voto apresentado pela CDU
- Anexo 9 - Proposta apresentada pela CDU
- Anexo 10 - Declaração de voto apresentado pela CDU
- Anexo 11 - Proposta apresentada pela CDU
- Anexo 12 - Declaração de voto apresentado pela CDU
- Anexo 13 - Proposta apresentada pela CDU